



FÓRUM NACIONAL DA JUSTIÇA PROTETIVA ATA DO XX FONAJUP

Aos 28 de abril de 2026, às 17h30, iniciou-se o XX FONAJUP - Fórum Nacional da Justiça Protetiva, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A cerimônia de abertura do evento foi realizada no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no Auditório Desembargador Antônio Carlos Amorim, localizado no Palácio da Justiça, Fórum Central, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

A mesa de abertura foi composta pelas seguintes autoridades: Juiz Rafael Souza Cardozo (TJPE), Presidente do Fórum da Justiça Juvenil (FONAJUV); Juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza (TJRJ), Presidente da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ); Desembargadora Suely Lopes Magalhães, 1ª Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Desembargador Cláudio Brandão de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Desembargadora Daniela Brandão Ferreira, Presidente da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso do Estado do Rio de Janeiro; Juiz Adriano Gomes de Melo Oliveira (TJTO), Presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça (COLINJ); Juiz Daniel Konder de Almeida (TJRJ), Presidente do Fórum da Justiça Protetiva (FONAJUP); Juíza Heloisa de Oliveira Castro Alves, Presidente do FONAVECA; e Juíza Eunice Bitencourt Haddad, Presidente da AMERJ.

Após a composição da mesa, ocorreram os pronunciamentos das autoridades presentes. Em seguida, foi realizada a palestra magna “Elementos que compõem um sistema de proteção infantil e dinâmica dos abusos sexuais”, ministrada pela médica psiquiatra infantojuvenil e psicóloga Irene Victoria Intebi.

A cerimônia de abertura encerrou-se às 19h17.

No dia 29 de abril de 2026, às 9h15, tiveram início os trabalhos do XX FONAJUP, no Plenário do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A mesa diretiva foi composta pelo Juiz Daniel Konder de Almeida (TJRJ), Presidente do Fórum da Justiça Protetiva (FONAJUP); Juíza Conceição Aparecida Canho Sampaio Gabardo (TJRS), Vice-Presidente do Fórum da Justiça Protetiva; Juíza Juliana Nogueira Galvão Martins (TJSE), 1ª Secretária do FONAJUP; e Juíza Larissa Antunes (TJAP), 2ª Secretária do FONAJUP.

Após as boas-vindas e agradecimentos do Presidente, iniciou-se a palestra “Atuação do FONINJ na perspectiva da Política Judiciária da Infância e Juventude do CNJ”, ministrada pelo Conselheiro do CNJ Fábio Francisco Esteves.

Na sequência, ocorreu o 2º Painel - “A Inteligência Artificial na Infância”, coordenado pelo Juiz Daniel Konder de Almeida (TJRJ).

Tema: “Os desafios da Inteligência Artificial na Jurisdição da Infância e Juventude”.

Palestrante: Desembargador Cláudio Luís Braga Dell Orto.

Tema: “Descomplicando a Inteligência Artificial para a Justiça da Infância e Juventude”.

Palestrante: Juiz Paulo Fadigas (TJSP).

Após o painel, foi realizado intervalo para coffee break.

Em seguida, teve início o 3º Painel - Workshop e Mesa Temática.

Na Sala 1 - Auditório Antônio Carlos Amorim, foi realizado o workshop “Descomplicando a Inteligência Artificial”, ministrado pelo Juiz Paulo Fadigas (TJSP).

Na Sala 2 - Auditório Nelson Ribeiro Alves, ocorreu a apresentação sobre “Protocolo de Requalificação Civil de Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro e protocolo de mulheres em situação de rua e proteção às maternidades”, coordenada pela Juíza Raquel Crispino (TJRJ), com palestras da Juíza Lysia Maria da Rocha Mesquita e do Juiz André de Souza Brito, ambos do TJRJ.

Às 13h30, ocorreu o lançamento da obra “Dito e Feito - Crônicas Possíveis”, de autoria do Dr. Adhailton Lacet Porto.

Na sequência, realizou-se painel sobre “Boas práticas da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e articulação”, coordenado pelo Juiz José Roberto Poiani (TJMG), com palestra da Dra. Luciana Calaça, Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Às 14h, teve início o 5º Painel - “Processo Estrutural na Jurisdição da Infância e Juventude”, coordenado pelo Juiz Daniel Konder de Almeida (TJRJ), contando com palestra do Desembargador César Cury (TJRJ) e debatedoria da Juíza Larissa Antunes (TJAP).

Após breve intervalo para coffee break, às 15h, iniciaram-se os trabalhos de Proposição e Deliberação de Enunciados.

Coordenadora da Mesa: Juíza Juliana Nogueira Galvão Martins (TJSE).

Palestrante: Juiz Robespierre Foureaux Alves (TJPR).

Primeiramente, a plenária foi organizada por Estados, cabendo aos(as) Secretários(as) a constatação do atendimento ao art. 10, caput, do Regimento Interno do FONAJUP, com presença de representantes de pelo menos 11 unidades da Federação, sendo registrados:

- Acre (3); Alagoas (1); Amapá (2); Amazonas (2); Bahia (2); Distrito Federal (2); Espírito Santo (2); Goiás (2); Maranhão (1); Mato Grosso (1); Mato Grosso do Sul (3); Minas Gerais (3); Pará (3); Paraíba (2); Paraná (3); Pernambuco (2); Piauí (1); Rio de Janeiro (3); Rondônia (3); Santa Catarina (1); São Paulo (3); Sergipe (3); Tocantins (2).

Diante da constatação do quórum, foram abertos os trabalhos para apreciação dos enunciados.

I - PROPOSTAS DE ENUNCIADOS ELABORADAS PELA COMISSÃO CIENTÍFICA DO FONAJUP

a) Primeiro enunciado - FOEJI Paraná

“A avaliação da situação de risco para aplicação das medidas de proteção deve considerar os aspectos socioculturais.”

Após debate, o enunciado foi rejeitado por maioria.

b) Segundo enunciado - FOEJI Paraná

“Os protocolos para julgamento com perspectiva de gênero e raça devem ser adotados na definição da situação de risco e no momento de aplicação das medidas de proteção.”

Após debates, o enunciado foi submetido à votação e rejeitado por maioria.

c) Terceiro enunciado - Proposição do Juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza (TJRJ)

“É indevido o encaminhamento de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade para programa de acolhimento institucional ou familiar, para permanecer em finais de semana e feriados quando não puder ser recebido pelo núcleo familiar.”

Após amplo debate e sugestões de alteração, o enunciado foi submetido à votação e rejeitado por maioria.

A Juíza Lorena Paola Nunes Boccia (TJRJ) apresentou sugestão de nova redação para o enunciado debatido. Contudo, diante do adiantado da hora e da necessidade de aprofundamento das discussões, deliberou-se que a matéria será novamente submetida à apreciação no próximo FONAJP.

Às 16h, iniciou-se a Pauta Legislativa - “Competências da Jurisdição da Infância e Juventude”, coordenada pela Juíza Conceição Aparecida Canho Sampaio Gabardo (TJRS), Vice-Presidente do FONAJP.

Palestrante: Juiz Heitor Moreira de Oliveira (TJSP), Coordenador da Comissão Legislativa do FONAJP.

Debatidora: Juíza Katy Braun (TJMS).

Às 17h, foi realizada a eleição da nova diretoria da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude - ABRAMINJ, restando eleita a seguinte composição:

- Presidente: Katy Braun do Prado (MS);
- Primeiro Vice-Presidente: Rafael Souza Cardozo (PE);
- Segundo Vice-Presidente: Daniel Konder de Almeida (RJ);
- Secretário-Geral: Egúliell Ricardo da Silva (MS);
- Secretária-Adjunta: Morgana Dario Emerick (ES);
- Tesoureiro: Haroldo Luiz Rigo da Silva (SE);
- Tesoureiro-Adjunto: Heitor Moreira de Oliveira (SP);
- Diretora de Relações Institucionais: Rebeca de Mendonça Lima (AM);
- Assessor Especial de Apoio Institucional e Prerrogativas: José Roberto Poiani (MG);
- Assessor Especial de Assuntos Legislativos e Aperfeiçoamento Institucional: Sérgio Luiz Ribeiro de Souza (RJ);
- Assessora Especial de Comunicação Social: Iracy Ribeiro Manguiera Marques (SE);

- Assessora Especial de Convênios: Noeli Salete Tavares Reback (PR).

Às 18h, ocorreram os encerramentos das atividades do evento.

Nada mais havendo, eu, JULIANA NOGUEIRA GALVÃO MARTINS, 1ª Secretária do FONAJUP, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, segue rubricada por mim e assinada pelo Presidente.

Juiz Daniel Konder de Almeida (TJRJ)
Presidente do FONAJUP

Juíza Juliana Nogueira Galvão Martins (TJSE)
1ª Secretária do FONAJUP